

EFEITOS DA VIOLÊNCIA SOBRE O APRENDIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DO RECIFE

Renato Duarte*

1. Introdução

As ondas de violência que vêm marcando o dia-a-dia do povo brasileiro, em especial dos que vivem nas áreas urbanas, constituem um problema de grande complexidade seja pela variedade dos tipos de delitos seja pelos distintos níveis de virulência, seja ainda pela amplitude dos seus efeitos. Nesse quadro genérico de manifestações da violência, têm chamado a atenção de quantos se preocupam com o problema, os elevados índices de violência, nas diversas formas e intensidades, observados nas escolas públicas das grandes e médias cidades brasileiras. Não obstante ser a violência no ambiente escolar um problema nada fácil de ponderar e hierarquizar (CHARLOT & ÉMIN, 1997: 145-146) as informações disponíveis mostram que ela

costuma ser mais freqüente e intensa nas escolas públicas do que nas da rede privada. Esse fenômeno encontra explicação no aumento dos índices de pobreza e de desamparo cívico-social em que vive a maioria dos habitantes das nossas cidades (ABRAMOVAY & CASTRO, 2005: 116).

A natureza dos atos violentos observados nas escolas públicas de diferentes países constituem, tão-somente, uma faceta do quadro geral vivenciado pelas respectivas populações. A comparação dos resultados de pesquisas realizadas em países que se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento revela a existência de tipologias dos atos de violência praticadas nas escolas. Estudiosos e pesquisadores da violência nas escolas têm apresentado contribuições teóri-

* PhD em Economia. Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco.

cas e conceituais que procuram identificar as diversas formas de violência ali praticadas, as conseqüências psicológicas e didáticas para os alunos e professores, bem como os efeitos para toda a sociedade.

Resguardando as diferenças de nomenclatura e denominação, os estudiosos da violência nas escolas têm avaliações bastante parecidas no tocante à natureza e às conseqüências desses atos: violências físicas, que podem causar danos às pessoas – sejam elas estudantes, professores ou funcionários das escolas –, podendo, em situações extremas, custar-lhes a própria vida; violências contra o patrimônio e a propriedade pública ou privada; e violência psicológica, que pode trazer prejuízos para o rendimento didático de professores e alunos. Como se percebe, os atos violentos nas escolas podem afetar os direitos das pessoas, a ordem social, o funcionamento das instituições e o desenvolvimento socioeconômico das nações. O conceito de violência é usado, com freqüência, de maneira ampla, abrangendo tanto as agressões físicas quanto as chamadas incivildades, ou seja, os diversos tipos de provocações, humilhações e intolerâncias que representam mais comportamentos contrários às regras da convivência social do que propriamente ações violentas (DUPÂQUIER, 1999:08).

As escolas públicas nos países onde as ações violentas fazem parte do cotidiano das pessoas enfrentam problemas intra e extra-muros, que reproduzem, na realidade, as situações vivenciadas por toda a população. Assim, as escolas da rede pública deixam de ser lugares seguros de integração social, de socialização e de formação intelectual. Nos países menos desenvolvidos, os fatos e as estatísticas mostram que as escolas públicas se localizam predominantemente nos chamados “mapas das vulnerabilidades sociais” (PERALVA, 2000: 81). A situação de insegurança nos estabelecimentos de ensino situados em áreas periféricas deve ser encarada, portanto, como uma das manifestações da pobreza e do desamparo político e cívico em que

vivem os habitantes dos lugares onde esse fenômeno se mostra mais agudo.

2. Metodologia

Este trabalho tem como base as informações colhidas através de uma pesquisa de campo em que foram entrevistados alunos, professores e diretores de escolas públicas localizadas no município do Recife. O trabalho de campo foi realizado durante o mês de março de 2005 pela Datamétrica Pesquisa, Consultoria e Telemarketing em 12 unidades de ensino, sendo seis pertencentes à rede estadual e seis à rede municipal. A escolha das escolas a serem pesquisadas obedeceu a critérios de tamanho (acima de 500 alunos matriculados) e localização, esta última procurando captar a diversidade das concentrações humanas existentes no município do Recife. No total, foram entrevistados 244 alunos (146 do sexo masculino e 98 do sexo feminino), 24 professores (12 do sexo masculino e 12 do sexo feminino) e 12 diretores (dois do sexo masculino e dez do sexo feminino). Foram entrevistados 170 alunos matriculados no ensino fundamental e 74 no ensino médio, nos três turnos de cada escola, sendo seis no turno da manhã, seis no da tarde e oito no da noite. Relativamente às faixas etárias, entrevistaram-se, em cada unidade de ensino, oito estudantes com idade entre 12 e 15 anos, oito na faixa de 16 a 18 anos e quatro com idade acima de 18 anos. As escolas municipais pesquisadas foram: Colégio Reitor João Alfredo (Bairro Ilha do Leite), Colégio Pedro Augusto (Bairro da Boa Vista), Escola Professor Antônio de Brito Alves (Bairro Mustardinha), Escola Oswaldo Lima Filho (Bairro Pina), Escola Antônio Farias Filho (Bairro Afogados) e Escola professor Nilo Pereira (Bairro Casa Amarela). As escolas estaduais foram: Escola Pedro Celso (Bairro Beberibe), Escola Almirante Soares Dutra (Bairro Santo Amaro), Escola Professor Fernando Mota (Bairro Setúbal), Escola Apolônio Sales (Bairro Ibura de Baixo), Escola Amauri de Medeiros (Bairro Afogados) e Escola João Barbalho (Bairro da Boa Vista).

3. Perfil Familiar dos Alunos

A distribuição dos alunos pesquisados era de 70% matriculados no ensino fundamental e 30% no ensino médio. Por turnos letivos, a maior concentração (41%) estudavam à noite, 30% no turno da tarde e 28% no da manhã. A maioria (71%) dos estudantes entrevistados dedicavam-se exclusivamente aos estudos, enquanto 18% estudavam e trabalhavam (com ou sem registro na carteira profissional). No tocante à situação do aluno entrevistado na sua família, 80% afirmaram ser economicamente dependentes, enquanto 13% se disseram contribuintes e 5% eram chefes ou arrimos de família. Entre os que não eram chefes ou arrimos de família, 41% afirmaram que o seu pai era o provedor, enquanto 37% revelaram que a sua mãe exercia esse papel. Motivo de preocupação – adicionalmente aos indícios de desestruturação familiar contidos na informação anterior, em que mais de um terço dos lares eram chefiados por mulheres – é a revelação, pelos alunos entrevistados, de que somente 37% dos chefes das suas famílias tinham emprego com carteira assinada. Somando-se os percentuais de chefes das famílias dos entrevistados que tinham emprego sem carteira assinada (10%), que eram autônomos (15%) ou faziam bico (8%), chega-se ao percentual de 33% de chefes de família que se dedicavam a atividades informais. O percentual de chefes de família desempregados era, segundo os alunos, de 12%.

Mais da metade (55%) dos alunos consultados afirmaram que seus pais não viviam juntos, 42% revelaram que residiam com os pais (pai e mãe) e 41% disseram que viviam somente com a mãe. Quinze por cento informaram que não viviam com os pais, e sim com outros parentes. De acordo com a informação dos estudantes entrevistados, a escolaridade dos seus pais era: ensino fundamental incompleto (29%), fundamental completo (9%), médio completo (10%), médio incompleto (6%), sabia ler e escrever (5%), analfabeto (7%) e superior completo (1%). Vinte e seis por cento dos

entrevistados não souberam informar qual era o nível de escolaridade dos seus pais. Somando-se os percentuais dos pais dos alunos que tinham cursado o ensino fundamental, havendo concluído ou não, constatou-se que a sua escolaridade era baixa, embora consistente com a realidade educacional dos habitantes das áreas periféricas das cidades nordestinas. A escolaridade das mães era um pouco melhor, visto que 46% delas tinham o curso fundamental incompleto e 8% haviam concluído esse curso. Quanto às que tinham frequentado o ensino médio, 14% haviam concluído e 5% não possuíam o certificado de conclusão. Três por cento dos alunos afirmaram que suas mães tinham curso superior, sendo 2% completo e 1% incompleto. As mães analfabetas eram 5%, o mesmo percentual das que sabiam ler e escrever, segundo a informação dos entrevistados. O percentual (13%) dos alunos que não sabiam qual era o nível de escolaridade das suas mães era metade dos que não sabiam a dos seus pais (26% como foi visto acima).

A renda domiciliar da maioria (78%) das famílias dos alunos era de até 2 salários mínimos mensais, sendo que 37% dos entrevistados informaram que a renda mensal da sua família era de até 1 salário mínimo. Tem-se aí um quadro de pobreza que deve influenciar negativamente o desempenho escolar dos estudantes.

4. Perfil Funcional dos Professores e Diretores

A idade média dos professores entrevistados era de 43 anos e a dos diretores de 49 anos, o que leva à conclusão de que eram pessoas dotadas de experiência profissional. Mais da metade (58%) dos professores possuía o diploma de licenciatura, 39% tinham especialização e apenas 6% haviam concluído o curso de mestrado. Entre os diretores de escola entrevistados, 58% tinham especialização, 42% haviam concluído o curso de licenciatura e nenhum tinha diploma de mestrado. Quanto às jornadas de trabalho, 83% dos diretores trabalhavam os três turnos (ma-

Efeitos da
violência sobre o
aprendizado
nas escolas
públicas da cidade
do Recife

Renato Duarte

nhã, tarde e noite), 25% dos professores lecionavam pela manhã e à tarde e 21% davam aulas à tarde e à noite. Vinte e nove por cento dos professores ensinavam somente pela manhã, 13% apenas à tarde e 8% lecionavam nos três turnos. Compreensivelmente, 83% dos diretores exerciam a função na mesma escola, enquanto 42% dos professores ensinavam em mais de uma escola.

A questão salarial é um indicador relevante para se conhecer os estímulos e as condições de trabalho dos profissionais de ensino. A pesquisa mostrou que os professores eram mal remunerados, visto que 63% recebiam salários correspondentes a até 4 Salários Mínimos. (O valor do S. M. na época da pesquisa era de R\$260,00). Os diretores eram melhor remunerados, porquanto 50% ganhavam mais de 5 S. M. e 33% recebiam salários entre 3 e 5 S. M. A avaliação do aprendizado dos alunos feita pelos professores e diretores foi melhor do que seria de esperar, considerando-se as avaliações do ensino público brasileiro feitas por estudiosos independentes. Pouco mais da metade (54%) dos professores e um quarto dos diretores consideravam o aprendizado dos alunos regular; 11% dos professores e nenhum diretor classificaram o aprendizado insatisfatório. As principais causas apontadas para o desempenho regular ou insatisfatório dos alunos foram, pela ordem de influência: desinteresse dos pais pela vida escolar dos filhos; falta de interesse dos alunos; condições econômicas precárias das famílias dos alunos; insegurança/violência dentro e fora da escola; baixos salários dos professores.

Em relação aos instrumentos de apoio didático, a pesquisa revelou que as 12 escolas pesquisadas possuíam bibliotecas. No entanto, segundo informações dos professores e diretores, apenas 53% das escolas promoviam atividades de lazer e esportes nos finais de semana e 67% contavam com equipamentos de informática para uso dos alunos. Dois terços (67%) dos professores e diretores afirmaram que as escolas onde trabalhavam haviam sofrido ações de violência. Esse per-

centual era bem mais elevado do que os 31% de alunos que admitiram não se sentir seguros na escola onde foram entrevistados. Indagados acerca do nível – se alto, médio ou baixo – da violência, metade dos professores e diretores classificaram como médio, 25% disseram ser alto e 17% consideravam baixo. Enquanto 13% dos professores indicaram que o nível de violência na escola era muito alto, nenhum diretor teve essa avaliação.

5. Formas de Violência na Percepção dos Entrevistados

Esta parte do artigo contém informações sobre as formas de violência que, segundo alunos, professores e diretores entrevistados, eram mais frequentes nas escolas. A Tabela 1 apresenta os tipos de violência apontados, merecendo destaque as semelhanças entre as três categorias de informantes. Alunos, professores e diretores apontaram as agressões físicas entre os alunos como sendo a forma de violência mais frequente nas escolas onde estudavam ou trabalhavam. As quatro respostas seguintes mostram diferença nas percepções dos alunos em comparação com as visões dos professores e dos diretores das escolas. Talvez isso se explique porque, pelo menos em princípio, aquelas ações violentas poderiam ter os próprios alunos como protagonistas. Registre-se, por outro lado, que 36% dos alunos não identificaram qualquer forma de violência, provavelmente porque, como foi visto acima, a percentagem de estudantes que afirmaram se sentir inseguros na escola era menor do que o percentual de professores e diretores que identificaram a existência de ações violentas no estabelecimento onde atuavam profissionalmente.

A violência no entorno das escolas pode ser tão ou mais nociva ao desempenho escolar do que dentro do próprio estabelecimento de ensino. A pesquisa revelou coincidência na avaliação de alunos, professores e diretores sobre essa questão. Conforme se vê na Tabela 2, o roubo de objetos pessoais foi a agressão que apareceu com maiores percentuais. Em seguida, vieram as agressões físicas – apontadas por alunos e

Efeitos da
 violência sobre o
 aprendizado
 nas escolas
 públicas da cidade
 do Recife

Renato Duarte

Tabela 1 – Formas de Violência Envolvendo Alunos e/ou Diretores dentro das Escolas(% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Alunos	Professores	Diretores
Agressões físicas (brigas) entre alunos	43	71	64
Agressões verbais com ameaças entre alunos e professores	17	24	36
Roubo de objetos pessoais	12	29	36
Roubo de equipamentos e material escolar	2	29	9
Aliciamento para uso de drogas	-	5	9
Ações de galeras	6	5	9
Outros	7	10	2
Nenhuma	36	14	9

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj - março/2005.

Obs: A soma das colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado podia apresentar mais de uma resposta.

professores –, depois foram mencionadas as ameaças de galeras – destacando-se, aqui, o percentual de diretores que fizeram referência a esse problema – e a venda de drogas, lembrada pelos diretores e professores, mas não mencionada pelos alunos.

Indagados se haviam sofrido alguma violência nas proximidades da escola, 27 (11,1%)

alunos afirmaram que tinham tido objetos pessoais roubados e 25 (10,2%) responderam que haviam sofrido agressões físicas. Três professores e um diretor disseram ter sofrido agressões físicas, três diretores afirmaram ter sofrido agressões verbais e dois professores tiveram objetos pessoais roubados. Um diretor declarou ter sofrido ameaça de galeras.

Tabela 2 – Formas de violência identificadas no entorno das escolas (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Alunos	Professores	Diretores
Roubo de objetos pessoais	35	54	67
Agressões físicas	32	33	25
Ameaça de galeras	9	21	33
Venda de drogas	-	17	25
Tiroteios	2	4	-
Homicídios	2	-	8
Agressão sexual	1	4	-
Outros	2	-	8
Nenhuma	33	13	8
Não responderam	1	13	8

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

Obs: A soma das colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado podia apresentar mais de uma resposta.

Uma divergência identificada nas informações dos alunos comparativamente com as dos professores e diretores diz respeito ao conhecimento sobre a entrada de armas nas escolas pesquisadas. Apenas 15% dos alunos responderam afirmativamente, enquanto 54% dos professores e 42% dos diretores declararam ter conhecimento desse problema. A Tabela 3 mostra os tipos de armas que os entrevistados afirmaram ser as mais freqüentemente introduzidas nas escolas pesquisadas. Dentre os alunos que afirmaram ter conhecimento (15% dos entrevistados) da entrada de armas na escola com colegas seus, 73% mencionaram o revólver como a arma mais comum, enquanto 22% mencionaram a entrada de estilete, 11% fizeram referência a canivetes e 8% a facas. A exemplo dos alunos, os professores e diretores que tinham conhecimento da entrada de armas com alunos nas escolas pesquisadas, o revólver foi a mais citada, como se vê na Tabela 3.

Chamam a atenção nessas respostas os elevados percentuais dos que afirmaram ser o revólver a arma mais freqüentemente introduzida nas escolas pesquisadas. Não deixa de ser surpreendente o fato de o revólver – uma arma não facilmente acessível, pelas restrições legais ao seu uso e pelo valor comercial relativamente alto – ser levada às escolas pesquisadas em maior quantidade do que armas mais leves e de menor valor material como estiletos, canivetes e facas. Uma possível explicação para

esse paradoxo aparente poderia ser a de as armas brancas, por terem volume menor, poderem ser camufladas junto ao corpo, ou escondidas nas bolsas e mochilas, mais facilmente do que o revólver. A Tabela 3 mostra ainda que os percentuais de alunos que revelaram conhecimento da entrada de canivetes e facas nas escolas eram bem menores do que os de diretores e professores.

Indagados se tinham conhecimento do consumo de drogas dentro da escola, 70% dos alunos, 58% dos professores e 50% dos diretores responderam negativamente, como se vê na Tabela 4. Vê-se nessa Tabela, por outro lado, que a metade dos diretores e 42% dos professores entrevistados tinham conhecimento do consumo de substâncias ilegais no interior das escolas. Considerando que um maior percentual de respostas afirmativas por parte dos alunos equivaleria a uma espécie de delação dos colegas, deduz-se que as respostas dos diretores – principalmente destes, que lidam com os assuntos administrativos e disciplinares das escolas – e dos professores são mais merecedores de crédito.

A pesquisa revelou coincidência entre alunos, professores e diretores quanto ao tipo de droga mais consumida pelos alunos nas escolas pesquisadas: a maconha. Como se vê na Tabela 5, 44% dos alunos, 80% dos professores e 17% dos diretores entrevistados mencionaram aquela droga como a mais utilizada. Como a maconha é a droga mais cara dentre as mencionadas na Tabela 5 –

Efeitos da violência sobre o aprendizado nas escolas públicas da cidade do Recife

Renato Duarte

Tabela 3 – Tipos de armas introduzidas nas escolas pelos alunos, segundo os entrevistados (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Alunos	Professores	Diretores
Revólver	73	77	80
Estilete	22	23	20
Canivete	11	15	40
Faca	8	31	20
Outros	5	-	-

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

Obs: A soma das colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado podia apresentar mais de uma resposta.

Tabela 4 – Consumo de drogas dentro das escolas, segundo os entrevistados (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Alunos	Professores	Diretores
Sim	28	42	50
Não	70	58	50
Não Responderam	2	-	-
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

Tabela 5 – Drogas consumidas pelos alunos dentro das escolas, segundo os entrevistados (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Alunos	Professores	Diretores
Maconha	44	80	17
Loló	26	20	33
Cigarro	29	10	17
Álcool	15	20	17
Cola	10	-	-
Medicamentos	7	10	17
Não sabem/Não responderam	7	-	17

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

Obs: A soma das colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado podia apresentar mais de uma resposta.

exceção feita, talvez, a alguns medicamentos, que, de qualquer maneira, eram consumidos em menores quantidades, conforme declararam os alunos e os professores entrevistados, a resposta é surpreendente. À pergunta sobre os locais dentro da escola onde os alunos consumiam as drogas, a maioria (53% dos alunos, 60% dos professores e 67% dos diretores) apontaram os banheiros. Quarenta por cento dos professores, 33% dos diretores e 13% dos alunos mencionaram, também, as áreas de recreio. As salas de aula foram apontadas por 19% dos alunos, 10% dos professores e 17% dos diretores entrevistados.

Alunos, professores e diretores coincidiram também na percepção das formas de entrada das drogas nas escolas pesquisadas, como se vê na Tabela 6. Segundo 79% do alunos, 80% dos professores e 67% dos dire-

tores entrevistados, as drogas eram introduzidas nas escolas pelos alunos consumidores. O papel desempenhado pelos alunos repassadores das drogas foi destacado pelos diretores (33% dessa categoria) e por 30% dos professores. Somente 4% dos alunos entrevistados destacaram o papel dos alunos repassadores de drogas. A introdução de drogas nas escolas por pessoas estranhas ao ambiente foi apontada por 20% dos professores, 17% dos diretores e 10% dos alunos. Tem-se, nesse caso, o reconhecimento de falta de controle relativamente ao livre trânsito de pessoas estranhas ao funcionamento das escolas. Vê-se, nos dados apresentados na Tabela 6, que as drogas entravam nas escolas, predominantemente, conduzidas pelos alunos consumidores, que provavelmente utilizavam as dependências do prédio para dar vazão ao seu vício. Os alunos repassadores (vulgo

Tabela 6 – Formas de entrada de drogas nas escolas, segundo os entrevistados (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Alunos	Professores	Diretores
Com alunos consumidores	79	80	67
Com alunos repassadores	4	30	33
Com pessoas estranhas à escola	10	20	17
Não sabem/Não responderam	12	-	17

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

Obs: A soma das colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado podia apresentar mais de uma resposta.

“alunos eternos”) também desempenhavam papel importante na entrada de drogas nas escolas, como se vê na mencionada Tabela. Existe uma crença entre educadores e profissionais do ensino público brasileiro que os traficantes se utilizam de alunos para introduzir drogas nas escolas, a ponto de muitos desses estudantes aceitarem a sua reprovação escolar como forma de permanecer o máximo de tempo na escola; nesses casos, os estudantes teriam como prioridade, não os estudos, mas sim a atividade de repasse de drogas.

A propósito da entrada de drogas nas escolas conduzidas por alunos repassadores ou por pessoas estranhas, cabe a interrogação acerca do poder aquisitivo de estudantes de escolas públicas, filhos de famílias pobres.

Chama a atenção, de pronto, na Tabela 7, os elevados percentuais de alunos, professores e diretores que não souberam ou não quiseram responder a pergunta. No mais, fica a evidência de que a venda por preços baixos, a doação ou a troca por objetos pessoais eram as principais estratégias usadas pelos repassadores para fazerem as drogas chegar aos alunos. Uma pergunta que vem à mente nesse caso diz respeito à lógica dessas estratégias, visto não ser razoável considerar os alunos de escolas públicas potenciais clientes do tráfico de drogas; ou seja, vender, subsidiar ou doar drogas em escolas públicas como uma espécie de “investimento” não parece lógico, a não ser, talvez, como forma de aliciar jovens para o tráfico fora do estabelecimento de ensino.

Tabela 7 – Facilidades para obtenção de drogas dentro das escolas, segundo os entrevistados (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Alunos	Professores	Diretores
Compram por preços baixos	40	30	17
Recebem de graça de colegas	9	20	33
Existem fornecedores nas proximidades das escolas	15	10	17
Trocam por objetos pessoais	4	20	-
Falta de controle na entrada	1	10	-
Não sabem/Não responderam	35	40	33

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

Obs: A soma das colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado podia apresentar mais de uma resposta.

6. Impactos da Violência sobre o Aprendizado dos Alunos

Esta secção aborda a problemática da violência nas escolas pesquisadas a partir da formulação de perguntas distintas feitas aos alunos e aos professores e diretores. Indagados se achavam que o seu aprendizado era prejudicado pela violência e pela insegurança na escola, 61% dos 244 alunos entrevistados responderam afirmativamente. A Tabela 8 mostra as maneiras como, segundo os alunos entrevistados, os atos de violência afetavam o seu aprendizado na escola.

percentual elevado em se tratando de uma questão tão delicada como essa. Solicitados a avaliarem os efeitos das ações violentas sobre os principais indicadores de desempenho escolar dos alunos, os professores e diretores deram as respostas que estão apresentadas na Tabela 9.

Essa Tabela mostra que, na opinião dos professores e dos diretores entrevistados, as ações violentas tinham algum impacto sobre a evasão escolar, sendo, porém, que mais da metade considerava os efeitos baixos ou inexistentes. De qualquer maneira,

Tabela 8 – Maneiras como a violência e a insegurança afetam o aprendizado dos alunos (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Porcentagem de alunos informantes
Prejudicam a concentração nas aulas	63
Desestimulam a freqüência escolar	24
Interrupções das aulas	20
Clima de desconfiança entre os colegas	15
Falta de interesse dos professores	12
Outras	5
Não sabem/Não responderam	5

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

Obs: A soma das colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado podia apresentar mais de uma resposta.

Efeitos da
violência sobre o
aprendizado
nas escolas
públicas da cidade
do Recife

Renato Duarte

Depreende-se, do que está apresentado na Tabela 8, que, de uma forma ou de outra, o clima de insegurança nas escolas pesquisadas estava longe de proporcionar as condições necessárias à atividade intelectual e à convivência saudável que toda escola deve propiciar.

De acordo com 75% dos professores e 67% dos diretores, nos dois últimos anos as aulas não foram interrompidas nenhuma vez em decorrência de atos violentos nas escolas pesquisadas; significa então, que, segundo 33% dos diretores – que podiam responder a essa pergunta com mais conhecimento – houve interrupções nos 24 meses anteriores a março de 2005. Trinta e três por cento é um

na avaliação dos informantes, o problema, em certa medida, existia. Constatação semelhante ocorria em relação à expulsão de alunos das escolas pesquisadas em decorrência da prática de atos violentos. Relativamente à repetição de ano por parte dos alunos por causa da violência, 30% dos professores e 42% dos diretores consideravam alta ou média, enquanto 33% e 25%, respectivamente, afirmaram ser baixa, embora existente. Deduz-se, portanto, que havia uma considerável influência dos atos violentos sobre a repetição de ano dos alunos.

No tocante ao rendimento escolar, os efeitos, na opinião de mestres e gestores, era expressiva, porquanto 71% dos profes-

Tabela 9 – Efeitos das Ações Violentas sobre Alguns Indicadores de Desempenho dos Alunos (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Professores	Diretores
1. Evasã o Escolar		
Alto	17	-
Médio	8	33
Baixo	38	26
Nenhum	29	33
Não sabem/Não responderam	8	8
Total	100	100
2. Expulsão de Alunos		
Alto	-	-
Médio	13	-
Baixo	29	42
Nenhum	50	58
Não sabem/Não responderam	8	-
Total	100	100
3. Repetição de Ano		
Alto	8	8
Médio	22	34
Baixo	33	25
Nenhum	33	25
Não sabem/Não responderam	4	8
Total	100	100
4. Nível de Rendimento Escolar		
Alto	42	8
Médio	29	58
Baixo	13	17
Nenhum	16	8
Não sabem/Não responderam	-	8
Total	100	100
5. Desestímulo aos Professores		
Alto	58	17
Médio	8	33
Baixo	17	25
Nenhum	17	17
Não sabem/Não responderam	-	8
Total	100	100

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

sores e 66% dos diretores afirmaram e classificaram os efeitos como altos ou médios. Quanto ao desestímulo que a violência dentro das escolas causava aos professores, 66% destes declararam que era alto ou médio. As informações contidas na Tabela 9 mostram que as ações violentas verificadas nas escolas pesquisadas tinham, sim, efeitos nocivos sobre o rendimento escolar dos alunos ali matriculados. O governo do esta-

do de Pernambuco mantém patrulhas escolares e a administração do município instituiu guardas municipais com a finalidade de oferecerem segurança às escolas do Recife. Indagados acerca da eficácia desses efetivos de segurança, 71% dos professores e 58% dos diretores entrevistados responderam negativamente. Em princípio, os diretores têm informação mais precisa sobre esse assunto, por se tratar de matéria adminis-

trativa, do que os professores, que se dedicam prioritariamente às tarefas em salas de aula. Os motivos apresentados pelos diretores para a ineficácia das patrulhas escolares/guardas municipais foram, pela ordem decrescente de percentuais de informantes: raramente apareciam (71%); apareciam mais durante o dia (29%); permaneciam pouco tempo na escola (14%); nunca apareciam (14%). Essas respostas – que foram corroboradas pelos professores entrevistados – são suficientemente esclarecedoras do porquê da avaliação negativa dos esquemas de segurança implementados pelos governos do estado e do município.

Alunos, professores e diretores foram convidados a apresentar sugestões para a redução das ações violentas nas escolas

escolas públicas no Brasil, mais além do problema da insegurança. Vê-se nessa Tabela que o setor público, as famílias, os professores e diretores e os alunos, cada qual no seu papel, teriam que contribuir não só para a diminuição da violência, mas também para a melhoria na qualidade do ensino, o que, de fato, mostra a Tabela 10. Vale observar, por outro lado, que os alunos, os professores e os diretores apresentaram diferenças quanto à prioridade das medidas apontadas, o que aliás é compreensível, considerando-se o papel representado por cada categoria no ambiente escolar.

7. Considerações Finais

Este trabalho revelou que a insegurança é um dos problemas que afetam o rendimento didático e o desenvolvimento intelectual

Tabela 10 – Sugestões para a redução dos atos violentos nas escolas pesquisadas (% em relação ao total de cada coluna)

Respostas	Alunos	Professores	Diretores
Colocar mais policiamento nas escolas	44	8	17
Incentivos à prática de esportes e lazer	22	25	8
Melhorar a infra-estrutura escolar	19	29	42
Aumentar os programas de inclusão social	11	46	42
Melhorar a qualidade do ensino	10	29	17
Integrar as famílias dos alunos à escola	8	46	58
Oferecer acompanhamento psicológico aos alunos	7	13	8
Remunerar melhor os profissionais da educação	5	17	17
Aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola	3	17	25
Outros	10	8	24
Não sabem/Não responderam	8	-	-

Fonte: Pesquisa Datamétrica/Fundaj – março/2005.

Obs: A soma das colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado podia apresentar mais de uma resposta.

pesquisadas. A Tabela 10 contém as recomendações feitas pelos entrevistados. As respostas apresentadas na Tabela 10 constituem um bom diagnóstico da situação das

dos alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas do Recife. Alunos, professores e diretores entrevistados confirmaram que os variados atos violentos estavam

presentes e perturbavam o cotidiano dos estudantes e dos funcionários dessas escolas. Se a violência inexistisse, ou se a sua incidência fosse menor, certamente o aprendizado dos alunos seria melhor. Como se viu neste artigo, a insegurança é apenas um dentre os muitos e distintos problemas que interferem negativamente no desempenho escolar dos alunos. As informações colhidas através da pesquisa levam à dedução de que a sensação de insegurança sentida por alunos, professores e diretores dentro e no entorno das escolas onde estudam ou trabalham não difere daquela vivenciada, por exemplo, nos bairros onde residem, ou em outros locais da cidade.

Em outras palavras, existe insegurança nas escolas públicas porque a sociedade brasileira vive permanentemente em clima de insegurança, especialmente nas grandes cidades. Seria ingênuo esperar que em cidades violentas as escolas constituíssem verdadeiras ilhas de segurança e tranquilidade. É sabido que nas escolas da rede privada não são registrados episódios tão fortes e tão freqüentes de violência. A natureza diferenciada dessas escolas permite que nas escolas da rede privada sejam criados ambientes seguros, em que a violência, no mais das vezes, se resume às rugas comuns entre crianças e adolescentes. Além de as escolas particulares terem condição de proporcionar segurança internamente e no seu entorno, os pais de família também se ocupam, direta ou indiretamente, da segurança pessoal dos seus filhos no trajeto de/e para a escola.

A pesquisa mostrou que a insegurança prejudica o rendimento dos alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e médio do Recife. Ficou demonstrado, através das respostas de alunos, professores e diretores, que os atos violentos assumem, como seria de esperar, diversas formas, umas mais, outras menos graves. Casos como os de "bullying", brigas, ou furtos de objetos pessoais existem em toda parte, até mesmo em escolas de países mais ricos e desenvolvidos. Duas informações que este trabalho revelou são, no entanto, motivo de grande preocupa-

ção: a entrada de drogas – maconha, predominantemente – e de armas – revólveres, em especial – nas escolas pesquisadas. Aparentemente, essas armas não são utilizadas com muita freqüência pelos alunos dentro das escolas, a julgar pela ausência de notícias a esse respeito na imprensa diária do Recife. Se o fosse, dada a gravidade do problema, com certeza não passaria despercebido aos profissionais responsáveis pela cobertura jornalística dos acontecimentos policiais. A entrada de drogas nas escolas, além de ser uma transgressão às normas comportamentais, pode transformar os estabelecimentos de ensino em locais para a iniciação dos jovens no vício. É uma triste ironia que uma escola, que deveria ser o local de aprendizado, de socialização e de desenvolvimento intelectual, seja transformada em lugar de circulação de armas de fogo e de drogas, desvirtuando, desse modo, os requisitos de uma boa formação intelectual e profissional e de modelagem do caráter dos estudantes.

A pesquisa mostrou também que os atos violentos representam apenas um dos muitos problemas enfrentados pelos alunos das escolas públicas do Recife no seu dia-a-dia. Pelo que foi mostrado neste artigo, as condições materiais – identificados pelos baixos níveis de renda familiar – e psicológicos – por viverem, muitos deles em lares desestruturados – não proporcionam as condições adequadas ao bom desempenho escolar dos alunos. Os níveis de segurança nas comunidades onde vivem e nos entornos das escolas que freqüentam tampouco são favoráveis à concentração mental e à dedicação dos alunos aos estudos. Os professores são mal remunerados e, portanto, desprestigiados na sua função docente. As escolas carecem dos instrumentos e dos materiais didáticos requeridos pelas modernas técnicas de ensino. Como se vê, mesmo que a educação pública venha a se tornar efetivamente uma prioridade no Brasil, ter-se-ia que cuidar, não somente da segurança, mas de todos os obstáculos internos e externos que, de uma forma ou de outra, afetam a qualidade do ensino público no país.

Efeitos da
violência sobre o
aprendizado
nas escolas
públicas da cidade
do Recife

Renato Duarte

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Drogas nas escolas: versão resumida*. Brasília: Unesco, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). *Escola e violência*. Brasília: Unesco, UCB, 2003.

_____ et Al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*. Brasília: Unesco/BID, 2002.

BRASIL. *Política nacional antidrogas*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2001.

CANAU, Vera Maria et Al. *Escola e violência*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

CHARLOT, B.; ÉMIN, Jean-Claude (Coords.). *Violences à l'école: état des saviors*. Paris: Masson & Armand Colin Éditeurs, 1997.

DUPÂQUIER, Jacques. *La violence en milieu scolaire*. In: *Education et formation: enfants et adolescents en difficulté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

GUIMARÃES, Eloísa. *Escolas, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et Al. *Fala galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MESQUITA NETO, P. et Al. *Violência do cotidiano*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, n. 01, 2001.

PERALVA, Angelina. *Violência e o paradoxo brasileiro – democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WASELFSZ, J.J. et Al. *Mapa da violência II: os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco, 2000.

Efeitos da
violência sobre o
aprendizado
nas escolas
públicas da cidade
do Recife

Renato Duarte

